

RELATÓRIO DO III ENE – AMAZONAS

Período: dias 22 e 23 de março

Local: Instituto de Educação do Amazonas

Entidades Organizadoras: REGIONAL NORTE 1 DO ANDES-SN, ADUA-S.SIND, SINTESAM, SINASEFE-AM, SARES, MOVIMENTO PUXIRUM, ANEL, CSP-CONLUTAS-AM, LUTA EDUCADOR

Número de inscritos: 51 inscritos no Eixo Gênero, Sexualidade/Orientação Sexual e Questões Etnico-Raciais; 10 inscritos no Eixo Organização da Classe Trabalhadora; 89 inscritos no Eixo Trabalho na educação, Condições de Estudo e Universalização da educação, acesso e permanência; 46 inscritos no Eixo Financiamento.

Docentes: 41

Estudantes: 160

Técnico-administrativos: 08

Outros: 43

Número total de participantes: no dia 22- 75 pessoas ; no dia 23- 50 pessoas no turno matutino e 48 pessoas no turno vespertino.

No dia 22 de março aconteceu a abertura com as conferências “Conjuntura Nacional e os Ataques a Educação Pública”, com exposição da Secretaria Geral do ANDES-SN, prof. Dra. Eblin Farage e “A Situação da Educação no Amazonas”, com exposição da profa. Dra. Silvia Conde, Diretora da Faculdade de Educação da UFAM. Em seguida, aconteceu um debate entre os presentes.

No dia 23 de março seriam debatidos os quatro eixos escolhidos, porém, devido ao número de participantes, foi deliberado pelo debate dos eixos Gênero, Sexualidade/Orientação Sexual e Questões Etnico-Raciais e Condições de Estudo e Universalização da Educação, Acesso e Permanência, em forma de plenária geral, e não mais em grupos de trabalhos separados.

SOBRE O EIXO: GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS.

Realidade Local

Cresce o pensamento conservador e os ataques aos trabalhadores em educação.

Cresce o número de escolas públicas com gestão militar no Estado, com discurso de que nelas existe uma educação de qualidade.

Crescem os ataques as políticas educacionais que enfatizam a participação dos sujeitos na definição de seus caminhos (indígenas, do campo e das comunidades tradicionais)

Existe um PL da Escola Sem Partido – Estado – deputado Platiny – não reeleito. Em Manaus, o vereador Marcel (PHS) apresentou o projeto sobre “ideologia” de gênero, que foi aprovado na casa. O grupo de pesquisa Ediversa entrou com uma representação contra o projeto (uma ação direta de inconstitucionalidade) que foi aprovada pelo TJAM.

Existem cursos de formação de professores indígenas e do campo (licenciaturas interculturais, especialização em educação escolar indígena, educação do campo e cursos de magistério indígena) – UFAM, UEA, IFAM, SEDUC/CETAM, SEMED/Manaus.

- Os cursos de licenciatura intercultural da UFAM funcionam por meio de recursos oriundos do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, política que está ameaçada por meio do desmonte da SECADI e de outras políticas que atendiam a diversidade. Na UFAM, até o mês de março de 2019, não há recursos assegurados para a continuidade das atividades dos cursos e de outras políticas afirmativas que atendem a diversidade.

- Sobre escolas indígenas, os números são: 1.067 escolas indígenas; 65.767 estudantes indígenas; 4.571 professores/professoras Indígenas (CENSO, 2015). A maioria dos/das docentes indígenas é contratada de forma precária, a cada ano letivo, o que configura a precarização do trabalho docente nas escolas indígenas, visto que chegam a perceber cerca de 7 a 8 meses de salário a cada ano letivo. Há que se destacar que o Amazonas tem uma realidade específica e diversa de outros estados da região norte, dada a sua extensão territorial, a pluralidade de povos, culturas e línguas indígenas. Dentre os desafios dos cursos de magistério indígena, licenciaturas interculturais e outros cursos específicos existe dificuldade em relação ao ensino e aprendizagem das línguas indígenas, bem como na inclusão dos saberes e epistemologias indígenas nos currículos dos cursos, numa perspectiva intercultural crítica.

- Outras iniciativas em relação a inclusão das questões da diversidade na educação.

- Curso de especialização em História, Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo;

- Cota em cursos regulares de graduação e pós-graduação – UEA, UFAM, IFAM;

- Políticas afirmativas para indígenas e quilombolas – Programa de Bolsa Permanência – PBP – UFAM.

- Inexistência de políticas efetivas e contínuas de formação de formadores que atuam junto à diversidade.

Enfrentamentos realizados

- Atuação do Movimento Indígena organizado por meio do Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena - FOREEIA;

- Ações do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEI/AM;

- Existe a Frente da Escola Sem Mordada, mas não tem reunido por que o projeto de Lei está parado, tendo em vista que o deputado que propôs não se reelegeu e o relator disputou o governo e perdeu.

- Houve uma ação jurídica do grupo de pesquisa Ediversa (??) que gerou a Posição do TJ do Estado do Amazonas – em fevereiro de 2019- considerando inconstitucional o PL que proíbe a discussão de gênero nas escolas

Proposta para projeto classista e democrático de educação

O financiamento diferenciado e específico para a realidade amazônica, em razão das especificidades (distâncias, custo do transporte, dispersão da população indígena, ribeirinha, dificuldades de acesso aos materiais didáticos específico, cursos de formação inicial e

continuada, rede de internet, alimentação escolar regionalizada, concursos públicos específicos, etc).

Garantia de políticas de formação docente para a diversidade, sendo que as propostas de educação escolar indígena e de educação do campo precisam ser discutidas com os sujeitos desses processos educacionais.

Os sindicatos precisam ser ouvidos nas discussões desses projetos educacionais.

A criação de cursos diurnos de EJA que atenda populações diversas, como travestis, e outras pessoas que trabalham a noite.

O Estado deve oferecer um conjunto de políticas sociais que favoreçam o acesso, a permanência e conclusão exitosa nos diferentes níveis e modalidades de ensino das pessoas mais afetadas/estigmatizadas pela exploração e pelas diversas opressões. Como, por exemplo, a existência de creches próximas às escolas onde estudam essas pessoas.

Construir grupos de estudos para defender nossas pautas, como forma de fazer o enfrentamento aos ataques. Exemplo: Gênero; Educação do campo; educação escolar indígena; Paulo Freire e Marxismo.

Elaborar um projeto de educação que considere as necessidades dos povos migrantes em seus diversos aspectos. Temos uma presença marcante no Amazonas de haitianos e venezuelanos no ensino local;

Incluir o combate aos preconceitos na formação de docentes para atuar junto à diversidade sexual, étnico-racial;

Ampliar os recursos para os programas voltados aos setores mais oprimidos, com garantia de deslocamentos, permanência, moradia para estudantes no ensino superior;

Realização de cursos nas aldeias/comunidades indígenas e do campo;

Garantia em lei nacional do reconhecimento do nome social pelas escolas;

Incluir a questão da diversidade religiosa nos programas curriculares e nos programas de combate aos preconceitos

Necessidade das IES criarem políticas públicas e garantir recursos específicos para a diversidade (indígenas, do campo, quilombolas, comunidades tradicionais, mulheres...).

Outras informações relevantes

Importância da questão das cotas para gêneros, tanto para mulheres trans quanto mulheres cis, mulheres indígenas e quilombolas;

Há relatos de que quando o professor passa a respeitar o nome social dos estudantes a evasão tende a diminuir;

Considerar o papel das igrejas e da imprensa na propagação dos preconceitos e no e também no seu enfrentamento;

Trabalhar na elaboração de material didático que possa combater o discurso de ódio e todas as formas de opressões.

SOBRE EIXO: TRABALHO NA EDUCAÇÃO, CONDIÇÕES DE ESTUDO E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA.

Educação Básica

Matricula total no estado: 1.165,354

Educação Infantil (creche: 30.906 e pré-escolar: 122,245); Ensino Fundamental (Anos Iniciais: 405.108 e Anos Finais: 299.899); EJA (Ensino Fundamental: 57.914 e Ensino Médio: 20.975); Ensino Médio (Propedêutico: 200.325, Técnico-Integrado: 5.340 e Magistério: 33); Educação Especial (Classes Comuns: 14.644 e Classes Exclusivas: 3.006) (INEP, 2018)

Creche – quantidade de crianças atendidas, vagas na rede pública (federal, estadual, municipal) e privada.

Total de vagas no estado: 30.906 – urbano (25.708 – 22 estaduais, 19.597 municipais e 6.089 rede privada) e rural (5.198 – todas municipais). (INEP- 2018)

Manaus- 9.830 vagas: 3.195 em tempo integral (1.870 na rede municipal e 1.325 na rede privada); com 6.635 em tempo parcial (22 estadual, 2.719 municipal e 3.894 na rede privada); Urbano (22 estadual, 4.519 municipal e 5.219 privada) e Rural (70 municipal). (INEP/2018)

Crianças de 0 a 3 anos na escola (2016): 12,8% / fora da escola: 252.637; crianças de 4-5 anos na escola (2016): 83%/ fora da escola: 23.558 (REL.PNE-2018).

Considerando dados do censo de 2010 do IBG/- em Manaus havia uma população de 129.820 pessoas na faixa etária de 0 – 3 anos. Nota-se que o número de vagas oferecidas em creches no município de Manaus não corresponde a 10% da demanda de 2010.

Ensino fundamental - quantidade de crianças atendidas, vagas na rede pública (federal, estadual, municipal) e privada

Crianças de 6-14 anos na escola (2017): 96,7%/ fora da escola: 22.235 (REL. PNE 2018); Adolescentes com 16 anos com EF concluído (2017): 77,4%; de 15-17 anos que concluíram a educação básica: 91,9%; de 15-17 anos que frequenta o ensino médio: 67%; De 15-17 anos fora da escola: 20.060; de 15-17 anos fora do ensino médio/não concluíram a educ. básica: 82.111 (REL.PNE,2018)

De acordo com os dados do censo de 2010 do IBGE, no Amazonas, havia uma população de 706.760 pessoas na faixa etária de 6– 14 anos, destes, 393.063 estavam na faixa etária de 6-10 anos (anos iniciais) e 313.699 na faixa etária de 11-14 anos (anos finais), lembrando que o número de vagas oferecidas no Estado para esse segmento foi de 405.108 (anos iniciais) e 299.899 (anos finais) em 2018. Considerando o incremento populacional do ano de 2010 para 2018 pode-se afirmar que a universalização não foi alcançada.

No que diz respeito ao ensino médio, a tendência é a mesma. Para uma população de 227.444 entre 15-17 anos (em 2010). Em 2018 o estado ofereceu 205.698 vagas

Jovens de 18-24 anos no Ensino Superior: 498.393 (REL. PNE 2018);

Educação Básica: Abandono – 20.673: 9,31%; Reprovação – 12.2014: 5,50% (SEDUC, 2018);

Na região do Alto Solimões não tem ensino médio privado

Ensino Superior

Maior número de vagas do ensino superior alocadas no ensino privado. Com uma enorme rede do EAD em crescimento, maioria dos cursos voltados para a formação de professores/as.

UFAM – 81 cursos de graduação em Manaus; 6 cursos de graduação em Benjamin Constant; 7 cursos de graduação em Coari, 6 cursos de graduação em Humaitá; 9 cursos de graduação em Itacoatiara; 7 cursos de graduação em Parintins. (5.318 vagas). 24 Programas de pós-graduação. Diversas especializações (Humanas, Exatas e Biológicas).

UEA- 25 cursos tecnológicos, 24 licenciaturas e 35 bacharelados: (Presencial, Modular Presencial, Mediado). 8 Mestrados – acadêmicos e profissionais: 2 Doutorado – Medicina Tropical e Direito Ambiental. 3 MBA (Gestão e Tecnologia do Gás Natural, Gestão em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia da Informação). 28 especializações (H,E,B)

EAD – públicas- (federal, estadual, municipal) e privada : UFAM- 5 cursos (Adm. Pública, Artes Visuais, Biologia, Ciências Agrárias e Educação Física) e 7 Especializações (Gestão Municipal, Gestão Pública, Gestão em Saúde, Ensino de Filosofia, Mídias na Educação, Ensino da matemática no ensino médio); UEA- 3 Cursos tecnológicos (Gestão Comercial, Gestão Pública, Logística) 4 licenciaturas (Ed. Física, Letra- Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia/Intercultural Indígena) e 4 bacharelados (Ciências Econômicas, Direito, Ed. Física, Saúde Coletiva).

Matrícula total em cursos de graduação (presenciais e EAD)

Rede Pública : 51.592 – federal: 31.651 e Estadual:19.941= 31,1%

Rede Privada: 114.506 = 68,9%

Gasto médio por aluno da UEA 2016: 16.938,09/ano

Sobre os Institutos Federais do estado: Ifam tem 15 unidades no Amazonas, apenas 3 tem alojamento para os estudantes (meninos); O IFAM Manaus- zona leste possui equipe multiprofissional. Foi relatada a diferença que esses profissionais desempenham no ambiente escolar. Este possui alimentação para todos. Nos demais o auxílio-moradia vem diminuindo gradativamente. Instituto federal regrediu através da forma de entrada (não mais por prova, e sim por notas). Os editais de cotas não contemplam a realidade do interior.

Os discentes que vem de outros lugares não podem contar com a casa do estudante e RU o que leva a evasão.

SOBRE OS TRABALHADORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS

Quadro docente

Professores: 24.843 – efetivos (18.064) Temporários (6.779); Pedagogos: 1.050; TAES: 7.242 (efetivos) e 142 (comissionados) (SEDUC-2019).

Rendimento Bruto Médio dos Professores da rede pública: R\$ 2.992,10 / outras profissões: R\$ 4.898,66 (REL. PNE -2018).

Formação de professores da rede pública:

Titulados no Amazonas por 100 mil habitantes: Mestrado 15% e Doutorado 3,27%. Professores do Ensino Superior: Mestrado (71,2%) e Doutorado (28%). Prof. Educação Básica com pós-graduação (24,6%), totalizando 11.136. Percentual de docentes com formação superior adequada a área de atuação no magistério (educação infantil: 54,3%; anos iniciais do EF: 66,4%; anos finais do EF: 35,9%; ensino médio: 66,9%). (REL. PNE-2018 – dados de 2016).

Os professores possuem dificuldade de conseguir afastamento para estudo, apesar do direito estabelecido por lei.

Saúde d@s professores/as – Dados da SEDUC-AM-2018

Abandono de cargo – 414 – 366 capital e 48 no interior; Licença para tratamento – 4.011/capital e 1.658/interior; Afastamento por depressão: 1.644;

Registros de violência nas escolas: Agressões físicas (788); Bullying (902); Gravidez precoce (462); uso de drogas (711); exploração sexual infanto-juvenil (130); tentativa de suicídio (66); suicídios (67); tráfico humano (4); furtos e roubos nas escolas (598);

O acesso e a permanência dos professores da Seduc nas áreas rurais não é regulamentado como regime especial de trabalho (auxílio localidade, periculosidade, insalubridade);

Tem havido casos de suicídios de estudantes e professores, inclusive no ensino superior;

As condições de saneamento nas comunidades ribeirinhas são bastante precárias. Na época da cheia a condição de saúde da população piora.

Professores que atuam na formação pelo Parfor recebem o pagamento atrasado e têm arcado com os custos para se deslocar para outra cidade.

A visão empresarial do modelo de avaliação vigente, aos quais os trabalhadores da educação precisam se adequar, distorce o sentido pedagógico e aumenta os casos de assédio moral e de adoecimento mental, uma vez que a satisfação profissional e o senso de eficácia da atuação profissional ficam abalados. Especialmente os professores que não gozam de estabilidade (temporários) sofrem bastante assédio moral.

Gestão escolar

Apenas no Amazonas, Tocantins e Roraima, o cargo de direção da escola é feito por indicação do governo (Rel. PNE)

O atual prefeito de Manaus determinou que o presidente do conselho escolar deve ser o diretor da escola. Tal mudança limita a efetiva democratização da gestão escolar.

Inclusão de pessoas com deficiência

População com deficiência de 4-17 anos que frequenta a escola- 19.450 (75,5%). População com deficiência que não frequenta a escola – 6.304: 24,5%. Amazonas apresenta maior

número de pessoas com deficiência que não frequenta a escola. Das pessoas que frequentam – 82% negra, 70,3% indígena, 85% amarela, 83% branca. (REL. PNE- 2018).

Outras questões relevantes

Programa EducaMais/MEC- repasse de verbas públicas para rede privada da creche ao ensino superior (cursos técnicos, pre-vestibular, preparatórios para concurso, idiomas, cursos profissionalizantes, EJA);

Programa Bolsa Universidade – Prefeitura de Manaus – repasse de verba pública para a rede privada do ensino superior;

As escolas de ensino médio são em número reduzido, no interior. Impera o Ensino médio Tecnológico com monitores de ensino médio ou outra formação;

A rede privada cresceu no interior, usando inclusive prédios de escolas públicas;

Há relatos de merenda escolar não regionalizada e insuficiente, em algumas escolas do interior tem merenda apenas para 10 dias. Quando acaba, as escolas reduzem o horário escolar para que os alunos não percam o dia letivo;

Os condutores escolares passam meses sem receber;

As classes multisseriadas ainda existem em algumas escolas do interior, além disso, a carência de profissionais leva muitos professores a trabalharem com várias disciplinas;

O discurso oficial afirma que existe vaga para todos, mas as salas superlotadas dificultam o acesso, permanência e a garantia da educação pública de qualidade;

Formação dos professores a partir do itaú social. A árvore de livros (lima Brothers) – implementação de projetos que colocam o professor como executor de programas que possuem pouca eficácia local;

5 bilhões e 600 milhões – gasto com educação no Amazonas.

Necessidade de implementação de cursos de mestrados e doutorados em várias áreas para qualificação dos trabalhadores em educação do estado- Plano nacional descentralizado, com participação das IES públicas consolidadas.

Enfrentamentos realizados

O sindicato dos trabalhadores da educação básica há mais de duas décadas não tem atuado muito pela categoria. Houve a criação de uma Associação com um grupo de professores de Manaus e existem coletivos políticos de oposição a direção do sindicato. Em relação ao ensino superior existe o SINTESAM que atua na UFAM e UEA - mais focado no segmento dos técnico-administrativos, existem duas seções do ANDES-SN: a ADUA- UFAM e a SIND-UEA-UEA e na EBTT existe o SINASEFE/AM.

Propostas para o projeto classista e democrático de educação

Incluir a sociedade civil organizada, através das associações de moradores, na elaboração e gestão da política educacional

Ampliar o acesso das pessoas das camadas menos favorecidas via edital no interior

Garanti equipes multidisciplinares nas escolas, como pelo menos, assistentes sociais e psicólogos

Garantir a formação docente inicial por meio de educação presencial e com fundamentos históricos, filosóficos e reflexiva das relações entre indivíduo e sociedade.

Revogação da EC 95

Limitar a quantidade de aluno por sala de aula de acordo com os níveis de ensino

Reafirmar a gestão democrática na escola

Revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC

Manutenção da Vinculação de, no mínimo, 20% da arrecadação dos municípios para a educação

Articular a política de educação as políticas de moradia, emprego, saúde, cultura, lazer e esporte.

Dinheiro público só para a escola pública

Estreitamento de laços entre universidades e professores da rede pública

Cumprimento da lei do HTP

Aproximação dos terreiros de umbanda, candomblé, igrejas católicas, evangélicas.

Fortalecer a Política de concurso para professores. Em muitos municípios não tem concurso, a maioria é processo seletivo, gerando insegurança desse trabalho intermitente (março a dezembro) e tornando os professores alvos fáceis de pretensões eleitoreiras. Quando tem concurso não nomeiam. Tem professor de biologia dando aula na creche. Daqui a 5 anos 50% dos professores vão se aposentar sem garantia de reposição de vaga.